

**HABEAS CORPUS Nº 549.274 - SP (2019/0360061-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : HOMERO MORALES MASSARENTE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : AGENOR MASSARENTE - SP033410  
HOMERO MORALES MASSARENTE - SP0144158  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GISELE DAMACENO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GISELE DAMACENO DA SILVA, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2263446-95.2019.8.26.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 15-11-2019, como incursa nos artigos 33, *caput* e § 1º, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva (e-STH fl. 16).

Sustentam os impetrantes que se estaria diante de flagrante ilegalidade passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alegam que a paciente possui um filho menor de 12 anos de idade, que necessita dos seus cuidados, motivo pelo qual estaria inserida nas situações abarcadas pelo recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal, prolatado no julgamento do HC Coletivo n. 143.641/SP.

Aduzem que a paciente preenche os requisitos previstos no art. 318-A, incisos I e II, do Código de Processo Penal, o que ensejaria a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Requerem, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferida a prisão domiciliar à paciente.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "*na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem*" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que "*a paciente vem apontada como envolvida em crime de tráfico de drogas, de sorte que é prematura, nos limites desse juízo de cognição sumária, a imediata soltura se a decisão impugnada*

# Superior Tribunal de Justiça

*está, de alguma forma, fundamentada, havendo notícias, inclusive, de que a paciente ostenta maus antecedentes", sendo que, "no caso dos autos, nos limites autorizados nessa fase do procedimento, o que se vê é que não há prova de que a criança está em situação de risco, de modo que a conveniência do pedido deve ser avaliada com maior profundidade"* (e-STJ fls. 34-35).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, tendo sido declinadas justificativas plausíveis para o indeferimento da cautela almejada, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator